Ephata, 5, no. 2 (2023) : 25-52. https://doi.org/10.34632/ephata.2023.15976

A reflexão teológica em Moçambique independente (1975-2022)
Theological Reflection in Independent Mozambique (1975-2022)

ESTER LUCAS JOSÉ MARIA*

Abstract
The Catholic Church in Mozambique is still at the beginning of its journey of theological reflection, since only after the country's independence in 1975 did it feel compelled to question itself about its identity as a Church in an African context challenged by hostile ideologies. A retrospective look at the historical and ecclesial context of Mozambique in the reception of the Gospel enables a reading of the path taken by the Church in Mozambique from the first time the Eucharist was celebrated on Mozambican soil in the distant year of 1498. It is a fascinating journey which reflects the challenges of the reception of the Christian faith and its appropriation as translated into the coherent experience of discipleship in the face of the challenges of history. This article seeks to offer a brief reading of the history of the Christian and Catholic faith in Mozambique, based on the pastoral letters of the Bishops and the synodal reflections of the Church in Mozambique. The option for a ministerial Church, organized into small Christian communities was fundamental for the deepening of the faith and for the lay witnessing in the darkest

* Universidade Católica de Moçambique; https://orcid.org/0000-0002-7634-6310; esterlucasmaria@gmail.com.

moments of the country's history, especially when the political class opted for a Marxist-Leninist ideology. The Church, while despoiled and persecuted, purified its faith and the significance of following Christ increased. The challenge now is to continue to be a prophetic Church in an indifferent society.
Keywords: Theology; Ecclesiology; Ministerial Church; Family of God.

Resumo
A Igreja em Moçambique está ainda no início da sua jornada de reflexão Teológica, uma vez que, apenas em 1975, após a independência do país, ela se sentiu desafiada a se interrogar sobre a sua identidade enquanto Igreja em um contexto africano desafiado por ideologias que lhe eram hostis. Um olhar retrospetivo sobre o contexto histórico e eclesial de Moçambique na receção do Evangelho, permite uma leitura do caminho percorrido pela Igreja em Moçambique, desde a primeira vez que se celebrou a Eucaristia em solo moçambicano, no longínquo ano de 1498. É um percurso fascinante que reflete os desafios da receção do dado da fé Cristã e sua apropriação traduzida na vivência coerente do discipulado face aos desafios da história. Este artigo procura oferecer uma breve leitura da história da fé Cristã e Católica em Moçambique, a partir das cartas pastorais dos Bispos e das reflexões sinodais da Igreja. A opção por uma Igreja ministerial, organizada em pequenas comunidades cristãs foi fundamental para o aprofundamento da fé e para o testemunho laical nos momentos mais sombrios da história do país, sobretudo diante da ideologia Marxista-Leninista. A Igreja despojada e perseguida, purificou sua fé e cresceu o sentido do seguimento de Cristo. O desafio agora é continuar a ser uma Igreja profética em uma sociedade indiferente.
Palavras-chave: Teologia; Eclesiologia; Igreja Ministerial; Família de Deus.

Introdução

Discorrer sobre a Teologia Cristã Católica em Moçambique[1] constitui um grande desafio, embora seja fascinante refletir sobre o encontro entre a revelação de Deus à humanidade e as narrativas produzidas por um determinado povo, como resposta à Revelação divina.

A reflexão teológica, enquanto expressão da receção do dado da fé Cristã e Católica por um povo e uma comunidade concretos, no nosso caso, Moçambique, é o desafio proposto nestas linhas. Um olhar retrospetivo sobre o contexto histórico e eclesial de Moçambique na receção do Evangelho, permite uma leitura do caminho percorrido pela Igreja em Moçambique, desde a primeira vez que se celebrou a Eucaristia em solo moçambicano, no longínquo ano de 1498, mais precisamente o dia 11 de março[2], na Ilha de São Jorge[3], frente à Ilha de Moçambique, até aos nossos dias.

A história do encontro dos povos de Moçambique com a fé cristã pode ser situada na segunda etapa do esforço de evangelização realizado a partir do século XV e que coincide com a época dos «descobrimentos» geográficos e comerciais de Portugal e Espanha[4]. Com efeito, a Igreja, inserida no seu tempo e contexto, fez uso das expedições de «descobrimento» do mundo, para partilhar a sua fé aos povos, acompanhando os exploradores europeus nas suas conquistas[5].

A tripulação de Vasco da Gama, que atracou na Ilha de S. Jorge, a caminho da Índia, não era constituída apenas por aventureiros, políticos

---

1 Moçambique oficialmente designado como República de Moçambique, é um país situado no sudeste do Continente Africano. Segundo a história os povos bantos migraram de regiões do norte e Oeste de África para esta região, chamada Moçambique, entre o primeiro e o V século. Até a chegada dos europeus, o litoral era povoado por vários portos comerciais no início Suaílis e mais tarde Árabes. Vasco da Gama atracou na Ilha de Moçambique a 2 de março de 1498 quando ia a caminho da Índia, e esta região africana só foi anexada pelo Império Português em 1505. Depois de mais de quatro séculos de colonização portuguesa, proclamou a sua independência em 1975.

2 Alcântara Guerreiro, *Quadros da história de Moçambique, III* (Lourenço Marques: Repartição Técnica de Estatística – Imprensa Nacional de Moçambique, 1954), 9.

3 São Jorge é uma pequena ilha, situada à entrada do porto de Moçambique, onde Vasco da Gama assistiu à missa, a 11 de março de 1498.

4 Rosino Gibellini, *Itinerarios de la Teología Africana* (Estela: Editorial Verbo Divino, 2001), 486.

5 Cf. Teobaldo Filesi, *Esordi del colonialismo e azione della Chiesa* (Como: Pietro Cairoli, 1968).

e comerciantes; ela tinha associado missionários que, naturalmente, tinham o firme propósito de anunciar o Evangelho aos povos que iam encontrando pelo caminho. Esta associação da Igreja nas caravanas dos descobridores criou posteriormente sérios problemas para a identidade e propósitos da ação missionária. Assim, a não identidade de propósitos, entre o Estado colonizador e os missionários, justifica os estádios diferenciados de gestão do seu relacionamento, e a necessidade de acordos diversos, dos quais a Concordata de 1940[6] é um claro exemplo.

A bula papal *Romanus Pontifex* de 1455 do papa Nicolau V[7] ajuda a compreender melhor este momento histórico em que os exploradores portugueses chegam com os missionários a Moçambique:

> Por isso nós, tudo pensando com a devida moderação, concedemos ao dito rei Afonso a plena e livre faculdade, dentre outras, de invadir, conquistar e subjugar quaisquer sarracenos e pagãos inimigos de Cristo, suas terras e bens, a todos reduzir à servidão e tudo aplicar em utilidade própria e dos seus descendentes.[8]

A leitura de um texto desta natureza mostra claramente o desejo de imposição presente nas expedições e no esforço missionário. Apesar deste esforço de imposição da fé pelo Magistério da Igreja, só a partir do século XIX a história do continente africano apresenta uma narrativa positiva do trabalho missionário com uma implantação mais consistente de missões e números mais substanciais de conversões ao cristianismo[9].

Portanto, a história da missão da Igreja em África e também em Moçambique mostra que o ingrediente conquistador e o revestimento

---

6 A Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa de 1940 foi assinada no dia 7 de maio de 1940, juntamente com o Acordo Missionário, durante o papado de Pio XII e o governo de António de Oliveira Salazar. Este acordo estabeleceu as regras do relacionamento do Estado português com a Igreja Católica, consagrou a liberdade religiosa e a separação entre o poder laico e o religioso.

7 Papa Nicolau V, *Romanus Pontifex,* de 1455, https://crav.arquivos.pt/, accessed November 15, 2022.

8 No texto é utilizado o termo «sarracenos» (do grego: «*sarakenoi*»), uma das formas com que os cristãos da época medieval designavam os árabes e os muçulmanos em geral. As palavras «islão» e «muçulmano» só foram introduzidas nas línguas europeias no século XVII.

9 Rosino Gibellini, *A teologia do século xx* (S. Paulo: Loyola, 1998), 487.

da autoridade política dos exploradores marcou negativamente o encontro entre o Evangelho e os povos colonizados, embora a semente tenha encontrado terreno fértil e o enraizamento da fé se tenha realizado. Compreender o caminho feito na receção do Evangelho, para além do contexto e circunstâncias do seu anúncio, permite descortinar a força do Espírito Santo na receção e adesão à fé.

A leitura da adesão à fé, no tempo e na história do povo de Moçambique, apresenta-se como uma possibilidade e tentativa de pensar o discurso teológico e seus desdobramentos e uma contribuição para a teologia, enquanto reflexão e produção histórica e contextual da relação de Deus com os humanos. Assim, o discurso teológico se enriquece com as várias reflexões que revelam a pluralidade de modelos de receção e de apropriação da Revelação Divina. Com efeito, como bem o afirma António da Silva:

> Terminou a época de uma teologia monolítica […]. Hoje e no futuro, a teologia será sempre menos uma teologia pronta e acabada, que a Igreja poderia simplesmente impor a qualquer sociedade e cultura como se a teologia, por ser reflexão sobre a fé, estivesse livre de qualquer condicionamento social e cultural. A sociedade e a cultura de hoje necessariamente condicionarão a teologia e a própria Igreja pluralista de amanhã.[10]

A proposta apresentada aqui é de uma leitura diacrónica que articula um pouco da história do caminho eclesial de Moçambique, enquanto resposta de fé aos diversos momentos vividos pela nação moçambicana, com a produção teológica que aconteceu no continente africano e mais concretamente na região subsaariana, onde se localiza geograficamente o país.

[10] António A. da Silva, «Caminhos e Contextos da Teologia Afro-americana.» In *O Mar se abriu: Trinta anos de Teologia na América Latina*. Organizado por Luiz Carlos Suzin (São Paulo: Loyola, 2000), 16.

Moçambique torna-se país soberano com a proclamação da independência em 25 de junho de 1975. Este facto histórico marca o início de uma nova etapa na vida de fé dos que acolheram a Boa Notícia de Jesus Cristo. Pretendemos percorrer o período desde a independência nacional até aos nossos dias, porquanto foi neste momento histórico em que a Igreja em Moçambique começou a refletir sobre si mesma e a questionar o seu modo de ser Igreja. Por isso, a expressão da Conferência Episcopal de Moçambique (CEM) em 1976, «novo modo de ser Igreja», faz todo o sentido, delimitando um antes e um depois que tem como ponto de rutura a Independência Nacional[11].

Três aspetos nos parecem importantes: (1) o impacto da opção política no momento da independência para a vivência da fé; (2) o nascimento de uma identidade eclesial como resposta ao contexto adverso; (3) o engajamento humano social como espaço privilegiado da visibilidade eclesial. Estes três momentos oferecem o panorama das expressões teológicas na Igreja em Moçambique.

1. O impacto da Independência política do país na reflexão Teológica da Igreja presente em Moçambique – a experiência do êxodo

O momento da independência de Moçambique[12] constitui um período de viragem profunda entre as relações da Igreja e do Estado. Com efeito, o partido político da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)[13], que assume a liderança do governo do país, opta por uma ideologia Marxista-Leninista, no Terceiro Congresso (1997), mostrando-se, então, profundamente crítico em relação à religião e, particularmente, à Igreja Católica, pelo seu envolvimento direto com o governo colonial português[14]. Uma das causas destes ataques severos à Igreja Católica era a existência de uma relação de colaboração, historicamente comprovada,

[11] Carta Pastoral da Conferência Episcopal de Moçambique, *Viver a fé no Moçambique de hoje* (Maputo, 1976).

[12] A independência de Moçambique foi proclamada pela FRELIMO a 25 de junho 1975.

[13] A FRELIMO é o movimento armado que levou Moçambique à independência e tem estado a governar o país desde 1975.

[14] John Baur, *2000 anos de Cristianismo em África* (Nairobi: Paulinas Editora, 1994), 349.

entre a Igreja Católica no país e o governo colonial. Importa lembrar que a Concordata assinada pelo governo português com a Santa Sé, em 1940, estabelecia as condições de um acordo missionário que, além de permitir o anúncio do Evangelho por parte dos missionários, incluía uma política de assimilação ou portugalização dos moçambicanos[15]. Assim a educação oferecida era ligada à evangelização e à submissão aos valores e cultura portugueses. A Igreja Católica, e mais tarde as outras confissões cristãs, ao aceitar estes termos, tornaram-se cúmplices de uma política ao serviço do colonizador e não do Evangelho. Este facto histórico fez da Igreja Católica uma Instituição *non grata* para o Governo do dia e, por isso, despojada e perseguida.

A opção política de cariz claramente comunista precipitou a saída massiva de cidadãos portugueses e a redução drástica do pessoal missionário. A nacionalização de todas as estruturas escolares e sanitárias da Igreja despojou-a de vários meios importantes para a evangelização e obrigou a Igreja a ser inventiva para continuar a sua missão. A educação e a saúde passaram a ser geridas pela ideologia do momento[16].

A Igreja em Moçambique faz a experiência do êxodo, quer pelas expulsões massivas do pessoal missionário, quer pelo abandono de muitos dos que eram críticos à ideologia que se implantava.

> Outro facto a assinalar dentro da Igreja, durante este ano da Independência, é a saída de missionários em grande número. Neste período de 1975/1976, mais de 600 missionários deixaram Moçambique. Alguns, talvez o maior número, saíram por dificuldades de adaptação à nova situação ou traumatizados por acontecimentos que acompanharam a Revolução; outros, por doença ou idade; outros ainda expulsos pelo Governo ou impedidos de reentrar.[17]

[15] Baur, *2000 anos de Cristianismo em África*, 347.
[16] Baur, *2000 anos de Cristianismo em África*, 349.
[17] Carta Pastoral da Conferência Episcopal de Moçambique, *Viver a fé no Moçambique de hoje,* 17.

Este êxodo pouco a pouco deixou de ser apenas vivido pelos que abandonavam o país, mas também por quem ficava e devia abandonar a visão eclesial até então vivida, para entender a Igreja como povo de Deus em caminho. Era necessário abandonar uma visão demasiado institucional para abraçar a imagem de um povo que se move, que peregrina e que, desafiado, coloca a sua esperança no Senhor. Os pastores rapidamente perceberam a importância de ser como Moisés, que leva o povo a atravessar o «deserto», vencendo desafios do dia-a-dia e permanecendo fiel ao Evangelho e à fé assumida e, assim, a edificar a Igreja local, como diziam os Bispos da CEM:

> Por Igreja Local entendemos «a realização do mistério da Igreja. Em todos os seus aspectos deve encarnar no próprio com uma determinada cultura. Não é, portanto, uma parte ou porção da Igreja, mas incorpora em si mesma todo o mistério da Igreja. Em todos os seus aspectos deve encarnar no próprio ambiente, fazer-se «indígena», o que exige uma adaptação cultural. Deve ter a sua legítima autonomia e ser capaz de executar os serviços essenciais tendo, para isso, as necessárias pessoas e estruturas.»[18]

Seis meses após a independência, no Natal de 1975, os Bispos católicos, na mensagem a todo o povo de Deus, deixam passar a ideia de que a libertação do povo, que a FRELIMO pretendia realizar, correspondia à libertação proposta pelo cristianismo[19]. Mas bem depressa ficou claro que não bastava querer e dizer que a Igreja era do povo, que a Igreja não é tanto uma instituição hierárquica na qual são acolhidos os fiéis, mas uma edificação contínua daqueles que seguem a Cristo e se reconhecem ao serviço uns dos outros. Era necessário fundamentar esta identidade que se construía graças ao momento e contexto desafiante de uma política hostil e violenta, relativamente à fé e aos discípulos de Cristo. A CEM,

[18] Carta Pastoral da Conferência Episcopal de Moçambique, *Viver a fé no Moçambique de hoje*, 19.
[19] Baur, *2000 anos de Cristianismo em África*, 349.

inspirando-se nos Atos dos Apóstolos e em fidelidade ao Concílio Vaticano II e mais especificamente ao documento *Lumen Gentium* (LG) onde o resgate do título Povo de Deus[20] retoma a teologia da aliança e a trajetória histórica do Povo de Israel, propõe uma eclesiologia ministerial. A Igreja, até então entendida como hierarquia, passa a designar-se uma Igreja Povo de Deus, onde os conceitos de «sacerdócio comum» (LG 10), de «universalidade do único Povo de Deus» (LG 13), da «índole missionária de toda a Igreja» (LG 17) ou «a relação dos leigos com a Hierarquia» (LG 30) são postos em evidência. Temos, assim, uma Igreja simultaneamente circular e aberta. Circular, no que concerne à sua organização interna e à tomada de decisões, onde todos, pelo batismo, são chamados a participar, cada um, porém, exercendo papéis diferenciados. E aberta, na medida em que, pelo batismo, todo o cristão é chamado a ser missionário, a propagar e viver a Boa Nova de Jesus Cristo, onde quer que se encontre. A Igreja é Povo de Deus e é Igreja em caminho, com toda a humanidade.

A declaração da independência colocava de forma pertinente a questão sobre a identidade da Igreja que estava sendo construída, em Moçambique, tal como foi questionada a Igreja de todas as colónias da África subsaariana. A Igreja, até então entendida como parte integrante do sistema colonial, era chamada a reconhecer alguma maturidade teológica das comunidades africanas, reconhecer a possibilidade de um discurso teológico próprio. A Igreja precisava afirmar a sua fé claramente assumida e testemunhar que a conversão a Cristo era uma realidade libertadora e não uma alienação, como pretendiam demonstrar os novos governantes em sua ideologia marxista. Para isso era necessário partir da situação particular, histórica, transitória da realidade das pessoas e construir com elas a escuta de Deus presente na história; buscar uma nova metodologia eclesial, que é a metodologia evangélica, cujo ponto de partida é o sentido da fé (*sensus fidei*) do povo de Deus[21].

---

[20] Concílio Ecuménico Vaticano II, *Constituição Dogmática sobre a Igreja* Lumen Gentium (Braga: Editorial A.O., 1983), 9.

[21] José Comblin, *Teologia da Libertação, Teologia neoconservadora e Teologia liberal* (Petrópolis: Vozes, 1985).

O nascimento de um discurso teológico como resposta à assunção da fé exigia uma evangelização em profundidade até às raízes da cultura, para que o Evangelho se torne uma cultura, operando uma verdadeira transformação. Em 1974, a Declaração[22] dos bispos de África e Madagáscar, presentes no Sínodo sobre a evangelização, em Roma, ofereceram a África e ao mundo uma linha de pensamento teológico exigente, sentenciando nestes termos:

> Nosso pensamento teológico deve permanecer fiel à autêntica Tradição da Igreja e, ao mesmo tempo, estar atento à vida de nossas comunidades, respeitando nossas tradições e línguas. Esta é nossa filosofia de vida. […] os Bispos da África e Madagáscar consideram completamente desactualizada a assim chamada teologia da adaptação. Em seu lugar adoptam a teologia da Encarnação. As jovens Igrejas de África e de Madagáscar não podem subtrair-se a esta exigência fundamental.[23]

Assim, os bispos, reunidos em Roma, assumem a Teologia da encarnação como paradigma da Evangelização em África e Madagáscar, mostrando como na fé cristã (assim como na fé bíblica), Deus se revela na história e em um contexto concreto. Por outras palavras, a revelação do Deus de Jesus Cristo nunca está desligada do contexto histórico, geográfico, social, cultural e religioso do destinatário da mesma revelação. Esta afirmação não põe em causa o dado revelado, mas apela a uma hermenêutica[24]. Esta era claramente uma correção dos métodos anteriores de evangelização, que não tiveram em conta o contexto[25], e que doravante precisa estar presente na Igreja que se constrói em nossos dias.

---

[22] Declaração «Promover a evangelização na co-responsabilidade,» in *La Docummentation catholique*, t. 71, no. 1664 (17 nov. 1974): 995, citada por Rosino Gibellini, *A Teologia do século xx*, 491.

[23] Gibellini, *A Teologia do século xx*, 491.

[24] Nicola Abbagnano, *Dicionário de Filosofia* (São Paulo: Martins Fontes, 2000), 199.

[25] Bénézet Bujo, *Teologia africana no século xx*: algumas figuras, vol. I (Maputo: Ed. Paulinas, 2002), 172.

Realiza-se, assim, um deslocamento geográfico, cultural e epistemológico que, ao anunciar a fé em Jesus Cristo, ensinava a olhar a cultura colonial como a única na qual Deus se revela e se torna presente, e a assumir a cultura do missionário europeu como a cultura certa, a única cultura na qual Deus se faz presente. A CEM é, assim, convocada a guiar o povo de Deus na formação da consciência do dever de assumir o discipulado de forma comprometida no desafio constituído pela perseguição e pelas injustiças cometidas contra aqueles que se identificavam com a fé cristã.

As cartas pastorais dos Bispos Católicos de Moçambique foram o meio usado para oferecer reflexões teológicas a partir da realidade vivida pelo Povo e iluminada pela Palavra de Deus, para acompanhar, instruir e empoderar o povo, capacitando-o para usar a sua voz e lutar pelos seus direitos. Os cristãos são exortados a conhecer as liberdades e direitos fundamentais porque «sem este conhecimento não é possível ao moçambicano realizar-se como homem e como cidadão, nem tão pouco reivindicar as liberdades e direitos ofendidos, nem colaborar conscientemente na construção de uma sociedade justa e livre»[26]. O discípulo de Jesus é instado a comprometer-se com a sua história, com o seu hoje e o dos seus contemporâneos. É chamado a viver de modo encarnado a sua fé e a expressá-la pelo compromisso com a justiça e o bem-estar de todos, por uma vida em abundância já sobre a terra.

Quando em 1976 o governo do dia realizou as nacionalizações dos bens da Igreja e retirou das mãos desta os serviços de educação e saúde, a Igreja sentiu-se convocada a repensar e redescobrir a sua identidade e missão no novo contexto. Esta situação é, assim, descrita pelos Bispos da CEM:

> Com a nacionalização do ensino e da saúde, toda a educação das crianças e da juventude, bem como os meios de assistência sanitária, passaram para a orientação e direção do Estado. As Missões, com

[26] Carta Pastoral da Conferência Episcopal de Moçambique, *Viver a fé no Moçambique de hoje*, 5.

> os seus complexos escolares, residenciais e hospitalares, e as atividades anexas, deixaram de estar sob a responsabilidade da Igreja, para serem dirigidas por pessoal nomeado pelo Estado. Também os edifícios dos Seminários maiores e menores passaram para os serviços da República. A maior parte dos bens económicos da Igreja foram nacionalizados. As contas bancárias das dioceses, missões, institutos religiosos e pessoal missionário foram congeladas. Posteriormente, algumas destas contas foram descongeladas e outras nacionalizadas.[27]

A Igreja, despojada dos seus bens e meios de evangelização, precisava reencontrar-se e reerguer-se para não trair a sua missão; diziam os Bispos de Moçambique:

> Por isso, continuamos a anunciar o nome de Cristo na sociedade em que vivemos, pois acreditamos firmemente que ele deve ser pronunciado sem cessar, mormente quando se trata de problemas relacionados com o verdadeiro valor do homem, com a sua dignidade e integração individual ou colectiva na sociedade. O testemunho da nossa vida cristã é condição indispensável para que aqueles que acreditam possam abraçar o Evangelho.[…] O apelo à conversão deve dirigir-se, primeiramente, a nós próprios, depois às comunidades onde vivemos inseridos. […] Que o mesmo é dizer, numa palavra, que ela tem sempre necessidade de ser evangelizada, se quiser conservar frescura, alento e força para anunciar o Evangelho.[28]

É neste contexto de despojamento e necessidade de anunciar a Boa Notícia de Jesus Cristo, pelo testemunho de vida e de caridade, que é convocada a Primeira Assembleia Nacional de Pastoral.

---

[27] Carta Pastoral da Conferência Episcopal de Moçambique, *Viver a fé no Moçambique de hoje*, 12.
[28] Carta Pastoral da Conferência Episcopal de Moçambique, *Viver a fé no Moçambique de hoje*, 38.

2. O nascimento de uma identidade eclesial inspirada na experiência das primeiras comunidades – a Igreja chamada a testemunhar a sua fé

A Primeira Assembleia Nacional de Pastoral[29], em 1977, com uma ampla representação do laicado das comunidades cristãs de base, foi celebrada de 8 a 13 de setembro na cidade da Beira. Foi uma assembleia em busca de uma identidade eclesial e necessitada de encontrar caminhos para continuar a testemunhar a sua fé. Esta Assembleia aparece como a Carta Magna da Igreja em Moçambique, ao oferecer claros sinais da sua fisionomia, enquanto Igreja Ministerial[30]. O contexto de grande hostilidade em relação à Igreja, por parte do governo instalado após a independência do país, oferecia muito facilmente à Igreja o paradigma vivido pelas primeiras comunidades cristãs, com o tripé Anúncio, Testemunho e Celebração.

No texto que apresenta as conclusões da Assembleia, a leitura da realidade é a chave que permite perceber o apelo do Espírito para assumir a identidade que lhe é própria:

> Saídos duma Igreja triunfalista, demasiado ligada aos poderes constituídos, para uma Igreja despojada e pobre, separada do Estado, liberta de falsas seguranças, preocupada com a sua renovação interna, sentimo-nos a caminho duma Igreja de base e de comunhão, uma Igreja família, de serviços recíprocos, livremente oferecidos, uma Igreja no coração do povo que a faz sua, inserida nas realidades humanas e fermento da sociedade.[31]

[29] Esta primeira Assembleia Nacional de Pastoral teve a participação de 85 convocados, 40 dos quais eram leigos/as, escolhidos pelas comunidades cristãs, 7 participantes por diocese (1 Bispo, 1 presbítero, 1 religioso/a e 4 leigos/as). Juntos tentaram responder à pergunta: Que respostas a Igreja deve dar aos desafios trazidos pela revolução?

[30] Luciano da Costa Ferreira, *Por uma Igreja toda ministerial e missionária* (Maputo: Ciedima Lda, 2020), 41.

[31] Conclusões da I Assembleia Nacional de Pastoral, 1 (Beira, 1977).

Esta Assembleia eclesial (Bispos, Presbíteros, [Religiosos] Religiosas e Leigos da Igreja em Moçambique) celebrou a sua Páscoa, fez o êxodo de uma situação em que o carácter triunfalista de uma Igreja associada ao poder civil e político a impedia de ser Igreja Povo de Deus.

Ao aceitar o despojamento de seus bens e estruturas e ao abandonar sem nostalgia os privilégios adquiridos na perversa união da Igreja com o poder do momento, a Igreja em Moçambique assumiu o seu carácter profético, expresso claramente na afirmação de uma eclesiologia, cujo eixo fundante e fundamental é Cristo Servo, que preside e dá a sua vida a todos os seus membros, aos seus discípulos, uma Igreja povo de Deus e família de Deus, uma Igreja marcada pela ministerialidade, que se define pelo serviço, segundo o lema «eu vim para servir e não para ser servido" (Mt 20, 28).

A ministerialidade da Igreja faz crescer a consciência da responsabilidade dos leigos na animação, vocação e missão da Igreja Universal[32] e mais profundamente na compreensão da sua responsabilidade missionária conferida pelo sacramento do batismo. A vocação e missão de todo o batizado consciente do seu discipulado missionário é vivida sob o modo de serviço aberto à variedade e riqueza dos dons de Deus colocados ao serviço da transformação das realidades humanas como fermento da sociedade[33]. Esta primeira Assembleia Nacional de Pastoral sublinhou a importância de que os cristãos, convencidos da sua pertença a Cristo e à Igreja, a assumissem como sua num contexto conflituoso e persecutório por parte do regime de então.

Era imperioso que estes cristãos fossem ajudados pela formação cristã[34], a aprofundar sua vocação e missão e a darem a quem lhes pedisse as razões da sua esperança (1Pd 3, 15). A missão do testemunho do Evangelho, que deve ser oferecido a todos, faz-se na relação dos batizados

[32] José Luzia & Bento Domingues, *Igreja das Palhotas. Génese da Igreja em Moçambique entre o colonialismo e a Independência* (Lisboa: Edição do Centro de Reflexão Cristã, 1989), 101-114.

[33] Conclusões da I Assembleia Nacional de Pastoral, 1.

[34] Conclusões da I Assembleia Nacional de Pastoral, 12-14.

com a sociedade e, particularmente, pela sua coragem de ser em todos os lugares manifestação do amor de Deus à humanidade[35].

Os cristãos, empenhados na comunidade cristã em diferentes ministérios eclesiais, sentem-se responsáveis pela animação da fé uns dos outros e pela missão de Evangelização confiada à Igreja universal. O Santo Padre o Papa Francisco, na *Evangelii Gaudium*, afirma:

> Sonho com uma opção missionária capaz de transformar tudo, para que os costumes, os estilos, os horários, a linguagem e toda a estrutura eclesial se tornem um canal proporcionado mais à evangelização do mundo atual que à auto-preservação. A reforma das estruturas, que a conversão pastoral exige, só se pode entender neste sentido: fazer com que todas elas se tornem mais missionárias, que a pastoral ordinária em todas as suas instâncias seja mais comunicativa e aberta, que coloque os agentes pastorais em atitude constante de «saída» e, assim, favoreça a resposta positiva de todos aqueles a quem Jesus oferece a sua amizade. Como dizia João Paulo II aos Bispos da Oceânia, «toda a renovação na Igreja há de ter como alvo a missão, para não cair vítima duma espécie de introversão eclesial.»[36]

Não se trata, portanto, de suprir a falta de ministros ordenados com a ministerialidade, mas de viver uma vocação batismal que comunitariamente faz de todos e cada um discípulos *ministeriais ad intra e ad extra,* capazes de se comprometer com a sua fé, de modo a viver plenamente o mandato de Jesus «ide e fazei discípulos por mim, batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo» (Mat 28, 19). Fazer discípulos para seguirem Jesus e serem introduzidos no mistério da Trindade, essa é a missão de todos os seguidores de Cristo Jesus.

---

35 Conclusões da I Assembleia Nacional de Pastoral, 21.

36 Papa Francisco, *Exortação Apostólica* Evangelii Gaudium (Maputo: Edições Paulinas, 2013), 27.

3. Alguns traços Teológicos da identidade eclesial da Igreja em Moçambique

As bases teológicas que sustentam e constroem a eclesiologia da Igreja Ministerial, em Moçambique, expressas no documento final da Primeira Assembleia Nacional de Pastoral, podem ser sintetizadas em uma teologia da comunhão e na necessária inculturação da fé, vivida a todos os níveis. A opção por um caminho ministerial é feita à luz da Primeira Carta de S. Paulo aos Coríntios, capítulo 12, e inspirada nos documentos conciliares *Lumen Gentium* e *Gaudium et Spes.* Nesta Igreja comunhão e serviço, os carismas não substituem os serviços – ministérios, mas estão ao serviço de toda a comunidade eclesial e da sociedade na qual a comunidade está inserida, tornando a Igreja missionária a partir de dentro e dos dons e carismas recebidos do Senhor.

a. Teologia da comunhão: É uma Igreja que se entende peregrina; igreja em caminho e em permanente construção, a partir da base, do povo de Deus, dos discípulos de Jesus, todos juntos buscando a comunhão, aquela comunhão cuja imagem é a de uma família onde os serviços são recíprocos e oferecidos livremente, gratuitamente. A Teologia da Igreja família de Deus é desenvolvida não em termos teórico-teológicos, mas num contexto pastoral, de forma prática, com estruturas que permitem formar as comunidades e traduzir na vida as notas teológicas de tal princípio: «sentimo-nos em caminho duma Igreja de base e de comunhão, uma Igreja família, de serviços recíprocos, livremente oferecidos, uma Igreja no coração do povo que a faz sua»[37]. Esta expressão «Igreja família de Deus» reveste-se de grande impacto teológico, uma vez que para os africanos, e os moçambicanos em particular, o conceito de família é fundante e fundamental, quer para o indivíduo quer para a sociedade. A instituição familiar interfere de tal modo na vida do indivíduo que as ressonâncias culturais e as implicações concretas desta noção são inúmeras. Não se trata de comparar a Igreja à família, mas de afirmar que ela é uma família dos filhos e filhas de Deus, nascidos

[37] Conclusões da I Assembleia Nacional de Pastoral, 1.

e nascidas no sacramento do batismo. Assim trata-se de se sentir em casa, e de construir com os outros a casa de Deus que são todos os chamados por Deus a serem filhos no Filho. A Igreja Família de Deus constitui-se quando cada família humana se torna parcela nuclear da Igreja, se abre à dimensão de Igreja doméstica. A concretização pastoral desta teologia da Igreja família de Deus passa pela opção de incentivar, formar e encorajar a constituição de *pequenas comunidades cristãs.* «Tal facto leva-nos a dar novo impulso ao trabalho de suscitar, animar e incrementar a vida de pequenas comunidades para que essa vida cresça cada vez mais, de modo a favorecer a iniciativa e responsabilidade de todo o povo de Deus na edificação da Igreja Local»[38]. Este foi o modelo pastoral encontrado para que se pudesse viver o discipulado em todas as suas exigências de uma fé assumida e testemunhada. Na comunidade cristã, com dimensões onde as relações humanas são privilegiadas, é possível assumir a fé de forma efetiva e afetiva, deixando-se transformar pelo seguimento e sendo testemunha credível do que se anuncia.

Uma Igreja assim definida é confirmada em 1994, na Exortação Apostólica *Ecclesia in Africa*[39], como modelo eclesiológico para a evangelização da África. A teologia que sustenta a imagem da Igreja família de Deus mergulha as suas raízes na experiência das primeiras comunidades cristãs. «A multidão dos fiéis era um só coração e uma só alma. Ninguém considerava como próprias as coisas que possuía, mas tudo entre eles era posto em comum» (Act 4,32). Trata-se de uma família na qual todos se sentem pertencentes a uma comunidade que é maior do que o indivíduo. Uma família reunida ao redor do seu Senhor, graças à assídua escuta da Palavra. É ela que congrega, que une e que envia, «Eles eram assíduos ao ensino dos apóstolos e à comunhão, ao partir do pão e às orações» (Act 2, 42). Convocados e convidados pelo Senhor para entrar em seu discipulado, escutam a Palavra que os chama, congrega e converte, para que

[38] Conclusões da I Assembleia Nacional de Pastoral, 2.

[39] Papa João Paulo II, *Exortação Apostólica* Ecclesia in África (Maputo: Edições Paulinas, 1995), 63.

entrando na casa do Pai se tornem irmãos e irmãs de Cristo e uns com os outros.

A Igreja família de Deus é constituída por famílias cristãs que, em fidelidade ao sacramento do matrimónio, se tornam Igrejas domésticas, espaços onde se pode encontrar os diversos aspetos da Igreja Inteira. Lugar onde o Evangelho é transmitido e donde o Evangelho irradia, onde todos os membros evangelizam e são evangelizados. Assim, os Bispos da CEM se explicam:

> Ao falarmos da Igreja como reunião de comunidades, não esquecemos a comunidade constituída pelos membros duma família cristã: marido, mulher e filhos. Não é a Igreja uma família? Não é pelo aprofundamento da fé entre as famílias que a Igreja penetra na sociedade? Devemos saber valorizar a vida cristã das nossas famílias. Elas, naturalmente, constituem uma pequena Igreja doméstica, uma reunião particular, em nome de Cristo […] A família cristã é apenas uma comunidade humana. É chamada a ser uma comunidade eclesial.[40]

> Nasce, assim, uma reflexão teológica que se constrói a partir da compreensão profunda do sacramento do batismo entendido como porta de entrada no processo do discipulado e seguimento de Cristo. Este discipulado é pessoal e comunitário, é individual e familiar de modo que a evangelização se preocupa com um anúncio cujo dinamismo permite a transformação das pessoas e das sociedades, pela criação de convicções que levam ao compromisso com Cristo e com o seu Reino. A imagem da Igreja família de Deus faz apelo à fraternidade, fruto do trabalho do Espírito em cada discípulo de Jesus. No momento histórico vivido por Moçambique, a reflexão teológica e eclesiológica sobre a fraternidade fundada em Deus, Pai de todos, foi de grande importância para, como bem expressa João Paulo II

[40] Conferência Episcopal de Moçambique, *Carta Pastoral Viver a fé no Moçambique de hoje,* 33.

> na encíclica *Ecclesia in Africa*, se excluir «todo o etnocentrismo e excessivo particularismo, procurando, pelo contrário, promover a reconciliação e uma verdadeira comunhão entre as diversas etnias, favorecendo a solidariedade e a partilha de recursos e pessoas entre as Igrejas particulares, sem indevidas considerações de ordem étnica».[41]

b. Teologia da Incarnação (Inculturação): A Igreja – povo de Deus – é uma Igreja que cresce no meio do povo, para o povo, que vive e respira as realidades humanas do povo com a missão de ser fermento que leveda a massa e a qualifica, graças a Palavra de Deus que vive e proclama; deverá estar atenta ao modo como a mensagem cristã é recebida e vivida no concreto da vida do povo. Pedro Arrupe ajuda a compreender a extensão do conceito de inculturação:

> A inculturação é a encarnação da vida e da mensagem cristã em uma área cultural concreta, de modo que não somente esta experiência se exprima com os elementos próprios da cultura em questão (o que ainda não seria senão uma adaptação), mas que esta mesma experiência se transforma em um princípio de inspiração, a um tempo norma e forma e força de unificação, que transforma e recria esta cultura, encontrando-se assim na origem de uma «nova criação».[42]

A reflexão sobre uma Igreja comunhão, ministerial e próxima do povo, exige a necessária inculturação da fé cristã, para que a comunhão nasça da apropriação do Evangelho. O caminho para a efetiva apropriação e inculturação da fé é a centralidade da Palavra de Deus, vivida no contexto da comunidade cristã, bem como as famílias cristãs, Igrejas domésticas.

O termo comunidade permite evocar e traduzir valores naturalmente experimentados na realidade africana, na rede de suas relações familiares,

---

41 Papa João Paulo II, *Exortação Apostólica* Ecclesia in África, 63.

42 Pedro Arrupe, *A obra da inculturação* (S. Paulo: Ed. Loyola, 1980), 23.

na solidariedade orgânica, na aglutinação de forças para a realização do bem comum. A assunção da fé cristã e sua vivência na prática cotidiana passa pela vida animada pelo Espírito das comunidades cristãs. As características das comunidades cristãs que permitem frutos de inculturação são sumarizados na II Assembleia de Pastoral:

> As PCCM deverão cultivar em especial as seguintes características: a Palavra de Deus como inspiração da sua vida e iluminação dos acontecimentos; uma orientação e vivência da Eucaristia, como fonte e centro da vida cristã; a vivência do espírito de acolhimento, de hospitalidade e de reconciliação; ser lugar e instrumento de evangelização e de primeiro anúncio; abertura à realidade sócio-política; empenho na cooperação com todos os homens que buscam o bem comum; diálogo e a colaboração com os irmãos separados e com os não cristãos.[43]

A CEM incentiva, em sua abordagem pastoral, as comunidades e famílias cristãs a fazer da Palavra de Deus, pela leitura, reflexão e apropriação, o centro nevrálgico do seu viver e de sua identidade cristã. Este é claramente o empenho mais primário para que a fé cristã se torne uma cultura e fecunde positivamente a vida de cada cristão e, assim, faça dele um agente de transformação da sociedade:

> As aldeias comunais vão provocar o aparecimento de um tipo muito original de comunidade cristã, cuja vida e orientação dependerão, fundamentalmente, de si mesma.
>
> Recomenda-se a quantos já lá vivem que cultivem a sua fé, pela leitura da Palavra de Deus e oração em família, e quanto possível com a comunidade. Recorram à leitura, sozinhos ou em grupo, «de tal modo que estejam sempre prontos a responder a todo aquele que os interrogar sobre o motivo da sua esperança» (I Ped. 3, 15). Não

[43] Conclusões da I Assembleia Nacional de Pastoral, 15.

hesitem os cristãos em reclamar o direito que lhes assiste da liberdade da prática religiosa.[44]

O rosto da Igreja, que se desenha em Moçambique, deixa perceber a importância de fazer do anúncio e da pregação do Evangelho uma força que modifica os critérios de julgar, os valores que se assumem na sociedade, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da sociedade, que se apresentam em contraste com a Palavra de Deus e com o desígnio da salvação.

A segunda e a terceira Assembleias Nacionais de Pastoral, celebradas em 1991 e 2005 respetivamente, abriram a reflexão à dimensão profética, apelando ao envolvimento ainda mais ousado da Igreja na reconstrução da dignidade da pessoa e a justiça social, mediante a reconciliação e a reevangelização. O contexto de guerra fratricida que durou 16 anos e os acontecimentos trágicos de diversa ordem deixaram o tecido social ferido e dilacerado. A Igreja, em todos os seus segmentos, é convidada a ser o bom samaritano que se inclina sobre as feridas, mas também que denuncia aqueles que teimam em continuar a ferir a dignidade dos filhos de Deus. É assim que se apresenta o rosto de uma Igreja comprometida com a pessoa humana.

4. Uma teologia que alimenta o compromisso da Igreja com a pessoa humana

Uma das páginas mais dolorosas da história de Moçambique, é aquela que narra os anos difíceis da guerra civil[45]. Ao longo destes anos de grande sofrimento para o povo, a Igreja em Moçambique fez a experiência da paixão de Cristo na existência de tantos inocentes, apanhados entre duas forças beligerantes e com motivações pouco claras para as

[44] Conclusões da I Assembleia Nacional de Pastoral, 23.

[45] É um conflito que começou em 1977, dois anos após a independência do país e terminou com o acordo de paz assinado a 4 de outubro de 1992. Ao longo dos dezesseis anos que durou a guerra cerca de um milhão de pessoas morreram em combates e por conta de crises de fome que se instalou no país, e perto de cinco milhões de civis foram deslocados.

principais vítimas do conflito. Assistimos a uma combinação de fatores e atores internos e externos: por um lado, temos tensões e clivagens sociais não resolvidas pelo governo pós-independência, e por outro, a incidência de interesses econômicos e geoestratégicos que se impunham e alimentavam uns e outros. A reflexão teológica desta época é marcada não só por uma narrativa de apelo à paz e à construção de um estado de direito, mas também por uma mensagem de necessária conversão de todos os atores no conflito. Este modo de refletir sobre a realidade levou, não poucas vezes, a posições claramente hostis, dos governos do dia em relação ao que a Igreja anunciava. Uma reflexão que se revestia de uma dupla missão: anunciar Jesus Cristo – o príncipe da paz e salvador de todos sem exceção – e a denunciar tudo o que lhe era contrário. Como se pode ler na carta pastoral da conferencia Episcopal de Moçambique em 1985:

> Temos de elevar a nossa voz de Pastores para dizer, a uns e a outros que os massacres de pessoas inocentes ou culpadas são crimes, não apenas de delito comum, mas de lesa-humanidade. São acções infamantes a cobrir para sempre de vergonha a quem as comete, permite ou manda cometer. Saibam, pois, os que praticam massacres, os que os permitem ou mandam praticar, que ofendem gravemente a consciência do povo e da humanidade, que cometem um crime de lesa-humanidade, que mancham de sangue as suas próprias mãos e a sua própria história, que terão de prestar diante de Deus e da humanidade, contas severas destes seus actos criminosos. E não vale a desculpa de que «a guerra é guerra» ou de que a lógica e descontrolo da guerra podem dar origem a tais desmandos e excessos. Os massacres, haja a razão que houver, são crimes e quem os comete, permite ou manda cometer, é criminoso diante de Deus, diante do Povo e diante da história.[46]

[46] Conferência Episcopal de Moçambique, *Carta Pastoral* À tua descendência darei esta terra (Gn 12, 7). Maputo, 1985, 8.

Esta é uma teologia profética, na medida em que denuncia tudo aquilo que é contrário aos valores da vida, anuncia uma palavra libertadora e pede ao ouvinte uma tomada de posição, uma conversão ao Deus da vida e da fraternidade.

Nas vésperas das primeiras eleições gerais em Moçambique, os bispos dirigiram-se às comunidades cristãs e a todos os homens e mulheres de boa vontade citando o número 1 da *Gaudium et Spes* «As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, … são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma, verdadeiramente humana, que não encontre eco no seu coração»[47].

Esta convicção sustenta a posição profética da reflexão Teológica que alimenta as comunidades cristãs. Trata-se de não passar ao lado das grandes questões que preocupam a sociedade e a Igreja em Moçambique, de anunciar a verdade e denunciar tudo aquilo que não constrói e não leva à salvação que Deus quer oferecer a todo o ser humano. A evangelização é entendida como tendo uma relação íntima com a vida do dia-a-dia e com a promoção humana, o que exige da reflexão teológica a atenção à dimensão antropológica – a pessoa que deve ser evangelizada não é um ser abstrato, ela é um ser condicionado pelo conjunto dos problemas sociais e económico; a dimensão teológica – a Igreja não dissocia o plano da criação do plano da redenção; a dimensão evangélico-caritativa – a proclamação do mandamento novo trazido pelo Evangelho supõe a promoção da justiça e da paz para garantir o verdadeiro e o autêntico progresso da humanidade. Os bispos assumem o seu papel na sociedade, o seu dever de dar voz aos que, por várias razões, não se fazem ouvir:

> Como anunciadores do Evangelho, deixamos desde já uma mensagem de esperança alicerçada na realidade, na fé e no ideal de

[47] Concílio Ecuménico Vaticano II, *Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo de Hoje* Gaudium et Spes, 1.

> fraternidade. Como pastores da Igreja Católica, somos voz de muitos milhares de cidadãos moçambicanos. Como voz dos mais frágeis, faremos eco das suas justas aspirações e direitos. Como herdeiros da terra-mãe, comprometemo-nos na sua defesa, em nosso nome e em nome das gerações que nos seguirão.[48]

Trata-se de inscrever, na história concreta do povo, a presença amorosa do Deus de Jesus Cristo, o Deus Pai, que cuida e protege. A história de pessoas concretas que enfrentam desafios muitas vezes dolorosos, é lugar teológico, onde o desígnio de Deus se inscreve como história da salvação. A história de um povo não se resume ao elenco de acontecimentos cronologicamente situados e significativamente importantes, mas à certeza de que nos mais diversos acontecimentos Deus fala e se comunica à humanidade e expressa a sua vontade salvífica.

É na história que se inscreve a relação entre a natureza e a graça, onde Deus se encontra com a humanidade. Por isso, a encarnação do Verbo, como mistério central da história da salvação, toma todo o seu sentido, uma vez que a comunicação de Deus com a humanidade se fez história, entrou na história de uma maneira única e inimaginável ao assumir um corpo humano, sujeito à história e marcando definitivamente a história. Assim, a história se torna o lugar vital onde a liberdade de Deus e a do homem se encontram e tornam possível a vida para além dos determinismos da natureza. Mais profundamente, a história é um lugar de verificação da relação de Deus com a humanidade onde, perseguindo o fim que lhe é próprio, é possível ao ser humano se abrir ou não à graça e a este fim que é Deus e o seu reino.

O Evangelho é anunciado ao ser humano todo e a todos os seres humanos e a sua história e todos os desafios que o seu devir histórico

[48] Conferência Episcopal de Moçambique, *Carta Pastoral* À tua descendência darei esta terra (Gn 12, 7), 6.

apresenta são questões às quais a Igreja não é indiferente. Portanto, a história e a historicidade do homem é lugar teológico e teologal. Teológico porque nele Deus se revela, se diz e se faz sentir na vida das pessoas que por sua vez se tornam a Palavra que Deus utiliza para contar e cantar a sua própria vida, a Sua própria História. Teologal porque é na história e em história que o humano estabelece, desenvolve e vive a relação com Deus. Uma relação que se faz de Fé, Esperança e Amor. Enquanto continuação da missão de salvação de Cristo, a Igreja se interessa por tudo o que diz respeito ao ser humano e ao seu devir e nada do que diz respeito ao homem lhe pode ser estranho; esta é a primeira razão da solicitude da Igreja pelo homem.

Assim se compreende, na verdade, que a pessoa em sua humanidade é a única via a ser percorrida pela Igreja na realização da sua missão. Ela, corpo de que Cristo é a cabeça, torna efetiva a redenção trazida pelo seu Senhor. Ela assume na história a nobre missão de tornar possível e realidade o encontro, a união, desde já, de Cristo com o ser humano. Assim o ser humano se torna efetivamente a razão e a finalidade de toda a ação salvífica da Igreja, tal como o foi da ação de Cristo. O ser humano é, em sua humanidade, em sua grandeza e em seu abaixamento o caminho da Igreja para dizer Deus presente nas mais diversas situações desta humanidade e até naquelas onde Ele parece ausente.

O ser humano é, pois, o caminho da Igreja na realização da sua missão em favor dos humanos, para lhes revelar o amor de Deus, mas é também o caminho pelo qual Ela serve a Cristo, cuja imagem e semelhança a Igreja reconhece no homem, nas mais diversas situações do seu viver. A Igreja precisa de não se cansar de ser peregrina presente e presença nos caminhos tortuosos do dia-a-dia, nos lugares e situações onde parece que Deus se cala e se esconde. Porque é o Homem em sua história que é objeto do amor de Deus e da solicitude da Igreja.

A voz da Igreja tem sido profética ao denunciar o que é contrário à construção saudável da sociedade, mesmo quando esta denúncia é mal vista ou mal interpretada. A Igreja em Moçambique tem sido uma voz profética em favor do povo, e essa voz profética, que tem ecoado através

dos Bispos da CEM, continua a denunciar os males sociais dos tempos atuais:

> Moçambique não é nem pode ser transformado num supermercado. O valor que impera no mercado é o dinheiro, a concorrência, o marketing e o lucro. Moçambique é e deve permanecer a casa e a morada de todos os moçambicanos. Os valores que regem uma casa são a comunhão, o amor, a partilha, a hospitalidade, a solidariedade, a reciprocidade, o respeito e a corresponsabilidade em tudo aquilo que concorre para a construção do bem comum. De resto, estes são, como já dissemos, os valores que caracterizam a nossa tradição cultural moçambicana. Parafraseando as palavras de Jesus no evangelho (cfr. Mt 16,26; Mc 8,36; Lc 9,25), podemo-nos perguntar: o que vale ganhar muito dinheiro, vendendo o nosso país às grandes e pequenas potências económicas do mundo, se viermos a perder toda a nossa identidade cultural como povo moçambicano?[49]

Conclusão

Este breve percurso permitiu-nos apreciar de forma sucinta alguns traços da reflexão Teológica em Moçambique. Trata-se de uma Igreja que se constrói como ministerial tem a responsabilidade de oferecer aos seus membros, à sociedade e à humanidade o serviço à vida, por uma postura profética e de comunhão.

A via da reflexão teológica em Moçambique é eco do grito dos empobrecidos e violentados pelos poderes políticos e militares, orientados por seus interesses e usando o nome do povo. É uma reflexão que opta por estar ao serviço da reconciliação, da justiça e da paz e que se realiza, não apenas com a palavra da pregação, mas oferece um programa para uma práxis cristã que convida a todos, cristãos e pessoas de boa vontade, a um compromisso sério com a proteção da vida. Trata-se de uma reflexão que propõe o reconhecimento de uma alteridade que transcende e obriga

[49] Conferência Episcopal de Moçambique, *Nota Pastoral do Conselho Permanente dos Bispos*, 24.

a uma postura ética e cristã que acolhe o diferente, em uma sociedade que se enriquece na pluralidade dos seus intervenientes. Uma reflexão assim concebida é um convite às comunidades cristãs a serem sal e luz nas realidades onde estão, por forma a construírem comunidades de reconciliação, justiça e paz. É nesta lógica que se constrói uma Igreja ministerial com a responsabilidade de oferecer aos seus membros, à sociedade e à humanidade o serviço à vida, por uma postura profética e de comunhão.

A centralidade da Palavra de Deus na vida da Igreja e das suas comunidades cristãs, alimenta a reflexão teológica e sustenta o anúncio e a denúncia que são caminhos de evangelização em profundidade. Na sua reflexão Teológica, a Igreja Católica em Moçambique realiza uma missão que nasce da experiência do encontro com Cristo na história concreta de um povo.

Bibliografia

Abbagnano, Nicola. *Dicionário de Filosofia.* São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Arrupe, Pedro. *A obra da inculturação.* Coleção Ignatina, 8. S. Paulo: Ed. Loyola, 1980.

Baur, John. *2000 anos de Cristianismo em África*. Nairobi: Paulinas, 1994.

Bujo, Bénézet. *Teologia africana no século XX: algumas figuras.* Vol. I. Maputo: Edições Paulinas, 2002.

Comblin, José. *Teologia da Libertação, Teologia neoconservadora e Teologia liberal.* Petrópolis: Vozes, 1985.

Conferência Episcopal de Moçambique. *Carta Pastoral Viver a fé no Moçambique de hoje.* Maputo, 1976.

Conferência Episcopal de Moçambique. *Carta Pastoral* À tua descendência darei esta terra (Gn 12, 7). Maputo, 1985.

Conferência Episcopal de Moçambique. *Nota Pastoral do Conselho Permanente dos Bispos*.

Concílio Ecuménico Vaticano II. *Constituição Dogmática sobre a Igreja* Lumen Gentium. Braga: Editorial A.O., 1983.

Concílio Ecuménico Vaticano II. *Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo de Hoje* Gaudium et Spes. Braga: Editorial A.O., 1983.

Conclusões da I Assembleia Nacional de Pastoral de Moçambique. Beira, 1977.

Declaração «Promover a evangelização na corresponsabilidade.» In *La Documentation catholique*, t. 71, no. 1664 (17 nov. 1974): 995.

Filesi, Teobaldo. *Esordi del colonialismo e azione della Chiesa.* Como: Pietro Cairoli, 1968.

Ferreira, Luciano da Costa. *Por uma Igreja toda ministerial e missionária.* Maputo: Ciedima Lda, 2020.

Garcia, António. *História de Moçambique cristão*. Vol. 2. Braga: Livraria Cruz, 1972.

Gibellini, Rosino. *Itinerarios de la Teología Africana*. Estela: Editorial Verbo Divino, 2001.

Gibellini, Rosino. *A Teologia do século XX*. S. Paulo: Loyola, 1998.

Guerreiro, Alcântara. *Quadros da história de Moçambique, III*. Lourenço Marques: Repartição Técnica de Estatística – Imprensa Nacional de Moçambique, 1954.

Luzia, José, & Bento Domingues. *Igreja das Palhotas, Génese da Igreja em Moçambique entre o colonialismo e a Independência*. Lisboa: Edição do Centro de Reflexão Cristã, 1989.

Papa Francisco. *Exortação Apostólica* Evangelii Gaudium. Maputo: Edições Paulinas, 2013.

Papa João Paulo II. *Exortação Apostólica* Ecclesia in África. Maputo: Edições Paulinas, 1995.

Papa Nicolau V. *Romanus Pontifex,* de 1455. https://crav.arquivos.pt/. Accessed November 15, 2022.

Teixeira, Francisco Nunes. *Igreja Católica em Moçambique: que caminho?* Maputo: Edições Paulinas, 1993.

Artigo recebido a 31.12.2022 e aprovado a 29.08.2023.